

COMITÊ DE INVESTIMENTOS do VALIPREV
Instituído pela PORTARIA Nº 1.089 de 05 de janeiro de 2026

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VALINHOS - VALIPREV

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (**23/06/2026**), às 9h, em reunião presencial, na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Valinhos – VALIPREV, teve início a **6ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do VALIPREV**. Presentes, a senhora **Maria Cláudia Barroso do Rego**, presidente VALIPREV, a representante indicada pelo Conselho de Administração, senhora **Rebeca Leardini Quijada**, o membro indicado pelo Conselho Fiscal, senhor **William Evaristo de Oliveira**, e o diretor financeiro e presidente do Comitê, o senhor **José Natal Capovilla Júnior**, na qual foram apreciados os seguintes assuntos da pauta:

1. **Cenário Econômico**
2. **Performance de Investimentos de Maio/2026**
3. **Posição Atual da Carteira**
4. **Receitas**
5. **Análises e discussões**
6. **Decisões do Comitê**

1. Cenário Econômico: Em ata divulgada sobre a reunião do COPOM, o Banco Central detalhou os fatores que justificam a continuidade do ciclo de cortes de juros em um ritmo mais moderado, de 25 pontos-base. Segundo a autoridade monetária, a decisão reflete um ambiente ainda marcado por incertezas fiscais, volatilidade nos mercados internacionais e sinais de desinflação mais lenta nos componentes mais sensíveis da inflação, especialmente nos núcleos e nos preços de serviços. Além disso, o cenário externo segue desafiador, com juros elevados nas principais economias e episódios de aversão ao risco que afetam países emergentes. Esse ambiente limita a possibilidade de cortes mais agressivos, uma vez que movimentos bruscos poderiam gerar pressões adicionais sobre o câmbio e, consequentemente, sobre a inflação doméstica. Diante desse conjunto de fatores, o Comitê avaliou que a manutenção do ritmo de 25 pb é a estratégia mais adequada para preservar a credibilidade da política monetária, garantir a convergência da inflação para a meta e evitar riscos desnecessários em um momento de maior incerteza global e doméstica. A economia global tem demonstrado resiliência diante do choque de energia observado nos últimos meses, sustentando um ritmo de atividade acima do esperado para esse período. O movimento indica que, apesar das pressões de custos e da volatilidade nos mercados internacionais, a atividade econômica mundial segue em trajetória de crescimento moderado. O avanço do indicador reflete melhora tanto no setor de serviços, que continua sendo o principal motor da expansão global, quanto em segmentos da indústria, que começam a mostrar sinais de recuperação após meses de desaceleração. Agora falando sobre os EUA, a inflação ao consumidor nos Estados Unidos voltou a acelerar em abril, reforçando o cenário de preços ainda pressionados. O CPI cheio avançou 0,6% no mês, acima do ritmo observado no início do ano, levando a variação acumulada em 12 meses de 3,3% para 3,8%. Seguindo para a China, a economia chinesa iniciou o segundo trimestre com perda de tração, refletindo um enfraquecimento mais amplo da atividade. Esse foi o menor ritmo em mais de um ano, segundo dados oficiais do NBS. A desaceleração ocorreu apesar do bom desempenho das exportações, que continuaram crescendo no mês.

2. Performance de investimentos – Mês de Maio/2026: os relatórios (emitidos pela consultoria financeira) apresentados mostram os resultados de rentabilidade obtidos no mês de maio de 2026 conforme segue: **(i) Renda Fixa:** rentabilidade de **1,06%**; **(ii) Renda Variável:** rentabilidade de **-7,38%**; **(iii)**

Aplicações no Exterior: rentabilidade de **18,49%**; **(iv) Fundos Estruturados:** rentabilidade de **5,86%** e **(v) Fundo Imobiliário:** rentabilidade de **-20,43%**. O valor total da rentabilidade acumulada até maio foi de **R\$ 39.082.482,57** equivalente a **5,51%**, enquanto a meta atuarial no período foi de **5,46%**, resultando em um **atingimento de 100,92% da meta**. A carteira do VALIPREV permanece bastante conservadora, com 96% dos recursos alocados em fundos de renda fixa de curto e médio prazo.

3. Posição Atual da Carteira: a carteira de Investimentos do Valiprev atende aos limites impostos pela Resolução CMN 5.272/2025 e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração. O patrimônio líquido do Instituto é de R\$ 754.050.333,90 assim distribuídos: Renda Fixa o valor de 722.275.652,34 (96%), Renda Variável o valor de 8.791.267,24 (1,17%), Fundos Estruturados o valor de R\$ 21.804.126,23 (2,89%), Fundos Imobiliário o valor de R\$ 226.970,01 (0,03%) e Aplicações no Exterior o valor de 952.318,08 (0,13%), o que demonstra um perfil bastante conservador e alinhado à Política de Investimentos e ao perfil de risco definido pelo Instituto.

4. Receitas: no mês de maio de 2026, os valores recebidos pelo Instituto a título de Contribuições Patronais e dos Servidores, Parcelamentos e Compensação Previdenciária totalizaram **R\$ 30.407.789,69** no Plano Previdenciário e **R\$ 4.114.773,07** no Plano Financeiro, perfazendo o montante de **R\$ 34.522.562,76**. Referidos recursos foram depositados no Banco do Brasil, em contas bancárias distintas para cada Plano, e aplicados nos Fundos BB FLUXO SOBERANO correspondentes. O valor significativo de **R\$ 22.621.603,13** do Plano Previdenciário refere-se à rentabilidade gerada no vencimento e resgate das Letras Financeiras do Banco DAYCOVAL e Banco BTG PACTUAL.

5. Análises e discussões: No cenário de maio de 2026, marcado pela continuidade do ciclo de flexibilização monetária após o novo corte de 0,25 p.p. na taxa Selic promovido pelo Copom, que reduziu a taxa básica para 14,25%, a restrição regulatória imposta pela Resolução 5.272/25 ainda não gera perdas imediatas. Contudo, mantém o risco de comprometimento da rentabilidade caso o fechamento da curva não se consolide, especialmente nos vértices médios e longos. Sem acesso a instrumentos mais sofisticados ou diversificados, as carteiras tendem a permanecer concentradas em renda fixa tradicional, com menor potencial de ganho real no longo prazo. Nesse contexto, o monitoramento ativo das flutuações da taxa de juros segue essencial. Mesmo com alternativas limitadas, a gestão pode buscar ganhos táticos por meio de fundos de índices de renda fixa compostos exclusivamente por títulos públicos federais, tais como: Fundos indexados aos índices IMA: que permitem exposição a diferentes vértices da curva; Fundos IRF-M: sensíveis a movimentos de fechamento das taxas prefixadas; Fundos IDKa: que replicam curvas específicas de juros e podem ser utilizados para posicionamento tático, desde que respeitada a exigência de composição integral por títulos públicos federais. NTN-Bs continuam oferecendo remuneração real elevada, consolidada no patamar de IPCA +6,5% a +7,2% ao ano, nível ainda significativamente superior ao teto da meta atuarial padrão (IPCA +5,56%). Esse patamar de taxa segue proporcionando ganhos expressivos com volatilidade controlada, sobretudo para investidores que adotam a estratégia de carregamento até o vencimento, beneficiando-se da estratégia de carregamento até o vencimento. O segmento de renda variável apresentou forte volatilidade ao longo de maio, estendendo a realização de lucros iniciada na segunda metade do mês anterior. O mercado doméstico, mensurado pelo Ibovespa, registrou uma correção expressiva de mais de 7% no período. Esse movimento foi influenciado pela saída de capital estrangeiro, pela postura cautelosa dos investidores em meio à persistência de pressões inflacionárias internas e pela instabilidade no Oriente Médio, onde o mercado seguiu monitorando os desdobramentos e as complexas negociações de cessar-fogo no conflito entre EUA e Irã. Apesar dessa recente correção, a relação entre preço e lucro das empresas brasileiras permanece em patamares baixos, indicando que parte relevante do prêmio de risco está incorporada e que o índice ainda lidera a rentabilidade acumulada no ano entre as principais classes de ativos. A defasagem em

relação a outros mercados emergentes abriu espaço para oportunidades seletivas, embora exija maior critério na escolha dos papéis. Diante desse contexto, o entendimento do Comitê de Investimentos segue sendo a de realizar alocações em renda variável de forma gradual e equilibrada, acompanhando o ritmo do ciclo de flexibilização monetária conduzido pelo Copom e a estabilização dos choques globais. Investidores que mantiveram a disciplina e o foco no longo prazo puderam absorver as flutuações recentes com carteiras mais resilientes. À medida que a taxa Selic mantém sua trajetória de queda gradual (fechando o mês no patamar de 14,25% ao ano), as ações tendem a reaver protagonismo estrutural na composição dos portfólios previdenciários de médio e longo prazo. Por fim, considerando a continuidade do ciclo de queda da Selic, as aplicações em fundos atrelados ao CDI seguem como uma alternativa de liquidez e composição tática de curto prazo. Embora o retorno nominal desses fundos tenda a recuar gradualmente com o ajuste dos juros básicos, eles ainda entregam patamares robustos o suficiente para dar suporte ao cumprimento das metas atuariais ao longo de 2026, especialmente se combinados estrategicamente com carteiras de renda fixa indexadas à inflação (NTN-Bs) e com o posicionamento fracionado em renda variável. O Comitê solicitou à consultoria Mais Valia uma análise do Fundo PRÓPRIO CAPITAL para embasar sua decisão sobre a manutenção da aplicação. A análise resultou em alguns apontamentos: (i) *o fundo vem tendo resultados inferiores ao do Ibovespa na maioria das janelas apresentadas;* (ii) *A taxa de administração está acima das taxas praticadas pela indústria;* (iii) *o fundo atualmente integrante da carteira do VALIPREV não atende ao requisito previsto no art. 21, § 2º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, uma vez que seu administrador e/ou gestor não se enquadra como instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil classificada como S1 ou S2, embora se trate de desenquadramento passivo;* (iv) *Foi sugerido um acompanhamento mais rigoroso do fundo e realização de reunião de diligência com o gestor, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a estratégia adotada, os fatores que explicam o desempenho abaixo do índice de referência, as perspectivas para recuperação de performance e os riscos atualmente assumidos pela carteira. Após essa ação, discutir internamente a manutenção ou não do investimento que abriga apenas 0,10% do patrimônio do VALIPREV.*

6. Decisões do Comitê: após discussão, o Comitê entendeu que, apesar da recomendação da consultoria de realização de diligência junto ao gestor, o conjunto dos fatores observados — desempenho persistentemente inferior ao benchmark, taxa de administração elevada, desenquadramento passivo perante a Resolução CMN nº 5.272/2025 e reduzida representatividade do ativo na carteira (0,10% do patrimônio) — recomendava, por prudência e observância aos princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação e interesse previdenciário, o resgate integral da aplicação no Fundo PRÓPRIO CAPITAL.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, deu-se por encerrada a reunião às doze horas. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

JOSÉ NATAL CAPOVILLA JUNIOR
Presidente do Comitê

MARIA CLÁUDIA BARROSO DO REGO
Presidente do Valiprev

REBECA LEARDINE QUIJADA
Membro

WILIAM EVARISTO DE OLIVEIRA
Membro